Conhecimento jurídico e o lugar de negro no Novo Constitucionalismo Latino-Americano: Uma Perspectiva Jurídica Afrodiaspórica

Vanessa Santos do Canto

Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio; mestre em Serviço Social pela PUC-Rio; mestranda em Direito Constitucional pelo PPGDC da UFF; Especialista em Patrimônio Cultural pelo CEFET-RJ; bacharel em Direito pela PUC-Rio. Pesquisadora do “Grupo Gênero, Democracia e Direito” (PUC-Rio); do “Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração” (NEPGREG-UFBA); do Grupo “Direito, Gênero, Raça e o Pensamento de Mulheres Negras no contexto da Diáspora Africana nas Américas: interlocução necessária para repensar as normas e o processo de elaboração normativa no Brasil” (PUC-Rio). Pós-Doutoranda pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). E-mail: nscanto@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo buscamos problematizar algumas questões epistemológicas que versam sobre legitimidade e inovação relativa à produção de conhecimento jurídico e, além disso, adotamos uma postura crítica em face do pensamento e História Constitucional, para que possamos desenvolver nossa abordagem acerca do lugar de negro no Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Sendo assim, neste artigo discutiremos, em primeiro lugar, algumas questões doutrinárias acerca do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, pois adotaremos uma tipologia que não é unânime em nosso trabalho, qual seja, a da constitucionalista peruana Raquel Yrigoyen (2020). Sendo assim, essa elucidação teórica se faz importante para o desenvolvimento de nosso argumento. Em seguida, discutiremos o lugar de negro no Novo Constitucionalismo Latino-Americano, tendo por base a proposta de um constitucionalismo ladinoamefricano desenvolvido desde uma perspectiva jurídica afrodiaspórica para que possamos refletir acerca das questões étnicas e raciais que constituem as sociedades da América Latina e, neste sentido, o silenciamento acerca do racismo anti-negro na produção crítica do movimento constitucionalista latino-americano. Diante destas considerações, abordamos um tema pouco discutido atualmente no Direito, qual seja, a questão referente à produção de conhecimento desde a perspectiva da História Constitucional. Nosso método é dedutivo, baseado em revisão bibliográfica desde a perspectiva teórica decolonial.

Palavras-chave

Conhecimento Jurídico; Lugar de Negro; Novo Constitucionalismo Latino-Americano; Perspectiva Jurídica Afrodiaspórica.

Legal knowledge and the place of Blacks in the New Latin American constitutionalism: An Afrodiasporic Legal Perspective

Abstract

In this article we seek to problematize some epistemological issues that deal with legitimacy and innovation related to the production of legal knowledge and, in addition, we adopt a critical stance towards Constitutional thought and History, so that we can develop our approach to the place of blacks in the New Latin American Constitutionalism. Therefore, in this article we will discuss, firstly, some doctrinal issues about the New Latin American Constitutionalism, as we will adopt a typology that is not unanimous in our work, that is, that of the Peruvian constitutionalist Raquel Yrigoyen (2020). Thus, this theoretical elucidation is important for the development of our argument. Next, we will discuss the place of blacks in the New Latin American Constitutionalism, based on the proposal of a Ladino-Amefrican constitutionalism developed from an Afro-diasporic legal perspective so that we can reflect on the ethnic and racial issues that constitute Latin American societies and, in this sense, the silencing of anti-black racism in the critical production of the Latin American constitutionalist movement. In view of these considerations, we address a topic that is currently little discussed in Law, that is, the issue related to the production of knowledge from the perspective of Constitutional History. Our method is deductive, based on literature review from the decolonial theoretical perspective

Keywords

Legal Knowledge; Black Place; New Latin American Constitutionalism; Afrodiasporic Legal Perspective.

Sumário

Introdução; 1. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano: algumas questões doutrinárias; 2. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, o racismo e constitucionalismo ladinoamefricano: por uma perspectiva jurídica afrodiaspórica; Considerações finais; Referências.

Introdução

Podemos afirmar que o Novo Constitucionalismo Latino-Americano colocou em questão os princípios liberais que constituem o movimento constitucionalista iniciado no século XVIII, ressignificando através das lutas empreendidas por amefricanas e amefricanos, conceitos como liberdade e democracia.

A resistência ao arbítrio e à violência pode ser considerado central aos processos de redemocratização da América Ladina (Gonzalez, 1988) que estabeleceram um novo ciclo de elaboração constitucional suscitando análises acerca dos limites do constitucionalismo como forma de garantir a fruição dos direitos humanos fundamentais

por parte dos segmentos populacionais que historicamente têm produzido as riquezas materiais e simbólicas dos Estados-nação que constituem a região no passado e no presente.

Quanto ao futuro, tal resistência tem sua expressão no processo constante de elaboração de uma agenda política abrangente pautada na imbricação de gênero, raça, classe, sexualidade, geração e outros marcadores da diferença, a fim de garantir uma verdadeira democracia nos Estados-nação amefricanos. A atuação destes movimentos tem sido capaz de incluir o discurso acerca do racismo, da etnicidade e do gênero nos discursos de movimentos sociais que, anteriormente aos anos de 1990, ainda eram refratários às pautas políticas com base em raça, etnia e gênero, como sindicatos e partidos políticos que tinham como fundamentos de suas agendas apenas a luta de classes e a superação do capitalismo.

Na atualidade, apesar das interdições abordadas neste capítulo e que constituem o que denominamos de *colonialidade jurídica*, tem sido cada vez mais difícil realizar um debate público sério e responsável nas sociedades da América Latina sem levar em consideração as agendas políticas de indígenas, mulheres negras, quilombolas, juventude negra, dentre outros.

Este fato tem sido impulsionado pela luta dos ativistas da luta antirracista que, ao utilizar a gramática de direitos humanos contra os efeitos deletérios da instituição do neoliberalismo na agenda política e econômica que levou à introdução do princípio gerencial na forma de administrar a coisa pública na América Latina, notadamente, a partir dos anos de 1990, levando à focalização das políticas públicas e incremento de programas de governo em detrimento de políticas sociais.

Além disso, a intensificação da globalização possibilitada pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação como a *internet* gerou uma maior comunicação entre as culturas existentes no mundo, aumentando os fluxos migratórios em razão das recorrentes crises econômicas e a dificuldade da gestão dos fluxos financeiros por parte dos Estados-nacionais. Estes fatos geraram foram um dos responsáveis pela crise da Teoria do Estado, na medida em que a homogeneidade cultural foi questionada, ocorreu o surgimento de novos símbolos culturais que passaram a expressar essa diversidade e a fixidez das fronteiras já não eram capazes de explicar a existência do Estado-nação a partir do período histórico denominado de Modernidade.

Como consequência, as fronteiras materiais e simbólicas passaram a ser cada vez mais questionadas e se afirmaram os movimentos pautados em aspectos relativos ao gênero, raça, etnia, sexualidade e outros marcadores da diferença, na medida em que se passou a compreender que as políticas públicas universalistas elaboradas para conter as tensões oriundas da relação entre capital e trabalho se mostraram insuficientes para a

gestão das necessidades populacionais no mundo e, no caso específico deste trabalho, em relação à população negra da América Latina (Gonzalez, 1988).

Contudo, as lutas forjadas no contexto dos anos de 1970 e amadurecidas ao longo do processo de redemocratização dos países da América Latina não foram capazes de superar o racismo e o etnocentrismo que constituem as sociedades americanas como resultantes do passado histórico colonial, fundamentado no trabalho de escravizados indígenas, africanos e seus descendentes, que esta estabeleceu uma condição jurídica subalterna, uma vez que a escravidão moderna é fundamentada na hierarquização pautada na ideia de raça e etnia e atualizado por novas técnicas de controle referentes à população negra.

Este fato levou os segmentos não-brancos historicamente marginalizados, subalternizados e principais alvos da violência do Estado a se insurgirem e demandarem novos textos constitucionais que expressassem um novo pacto social pautado na diversidade, diferença, equidade através de discursos fundamentados no reconhecimento da diversidade étnica e racial das sociedades americanas, nos direitos humanos individuais e coletivos, no direito à terra e ao território e no reconhecimento das formas de organização social elaboradas no contexto de resistência aos efeitos do passado colonial escravista e as novas formas de racismo e etnocentrismo que subsistem na contemporaneidade.

É diante deste contexto da história recente da América Latina que elaboramos uma análise acerca da necessidade de serem desenvolvidas análises no âmbito do Novo constitucionalismo Latino-Americano que seja decolonial, para problematizar a *colonialidade jurídica*, desde uma *perspectiva jurídica afrodiáspórica* como forma de desenvolver a proposta de um *constitucionalismo latinoamericano* elaborado por Pires (2018), a partir da História Constitucional cada vez mais articulada ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, tendo em vista que o conceito de povo, um dos marcos teóricos fundamentais da Teoria do Estado, vem sendo redefinido através de instrumentos internacionais como a Convenção 169 da OIT, que reconhece a diversidade enquanto elemento fundamental da condição jurídica de indígenas e afrodescendentes, determinando sua autonomia enquanto grupos sociais que compõem os Estados-nação da América Latina.

Dessa forma, neste artigo buscamos problematizar algumas questões epistemológicas que versam sobre legitimidade e inovação relativa à produção de conhecimento jurídico e, além disso, adotamos uma postura crítica em face do pensamento e história constitucional, que nos levam a retomar as diferenciações entre os termos *descolonial* e *decolonial* para que possamos desenvolver nossa abordagem acerca do *lugar de negro* no Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

Sendo assim, neste artigo discutiremos, em primeiro lugar, algumas questões doutrinárias acerca do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, pois adotaremos uma tipologia que não é unânime em nosso trabalho, qual seja, a da constitucionalista peruana Raquel Yrigoyen (2020). Sendo assim, essa elucidação teórica se faz importante para o desenvolvimento de nosso argumento.

Em seguida, discutiremos o *lugar de negro* no Novo Constitucionalismo Latino-Americano, tendo por base a proposta de um *constitucionalismo ladinoamefricano* desenvolvido desde uma *perspectiva jurídica afrodiaspórica* para que possamos refletir acerca das questões étnicas e raciais que constituem as sociedades amefricanas e, neste sentido, o silenciamento acerca do racismo anti-negro na produção crítica do movimento constitucionalista latino-americano.

Diante destas considerações, abordamos um tema pouco discutido atualmente no Direito, qual seja, a questão referente à produção de conhecimento desde a perspectiva da História Constitucional.

1. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano: algumas questões doutrinárias

O Novo Constitucionalismo Latino-Americano surge no âmbito dos processos de redemocratização da região e no bojo de uma discussão acerca do neoconstitucionalismo que foi desenvolvido principalmente na Europa, tendo por base filosófica o pós-positivismo. Diante disto, busca ser uma perspectiva teórica e prática que se volta para a América Latina, para refletir processos de análise do fenômeno constitucional na região desde perspectivas consideradas críticas em face do Direito.

Não é um movimento unívoco em suas análises, tampouco quanto questão da legitimidade de sua tão propalada novidade. Isto porque alguns autores como Dalmau (2018) e Pastor e Dalmau (2010a, 2010b, 2011) têm questionado as novidades introduzidas pelo Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

Mas, o fato é que este movimento apresenta uma proposta de defesa da democracia pautada na diversidade da população na região pautadas no *multiculturalismo* (Hall, 2003, Bonilla, 2006), das diferentes formas de *pluralismo jurídico* (Wolkmer, 2001, 2019) e de *interculturalidade* (Walsh, 2009) como forma de radicalização do neoconstitucionalismo que o teria antecedido.

Neste sentido, consideramos que as posições de juristas como Dalmau (2008, 2018) e de Pastor e Dalmau (2010a, 2010b, 2011) acerca do Novo Constitucionalismo Latino-Americano suscitam inquietações importantes relativas à legitimidade democrática e à defesa da diferença nas sociedades que compõem a região, tendo em vista que

apresentam limites quanto às inovações introduzidas pelas constituintes plurinacionais (Baldi, 2013).

Além disso, Dalmau (2008, 2018) e Pastor e Dalmau (2010a, 2010b, 2011) não reconhecem as constituintes da fase denominada por Yrigoyen (2020) como multiculturais, como pertencentes ao movimento do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Para ambos, o movimento teria começado nos anos de 1990, com a Constituinte colombiana de 1991 (Dalmau, 2018; Pastor, Dalmau, 2010a, 2010b, 2011.)

Diante deste contexto, nosso objetivo neste tópico é apresentar algumas questões doutrinárias que consideramos importantes relativas ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Longe de esgotar o tema, nossas inquietações são apresentadas no sentido de refletir acerca de uma questão que nos parece importante e que se apresentou ao longo das leituras que realizamos acerca do tema tratado nesta parte do texto, qual seja: é possível defender a novidade do Novo Constitucionalismo Latino-Americano para uma análise que seja decolonial, para além das propostas de um constitucionalismo descolonial que tem sido desenvolvido na América Latina, notadamente, pela Red de Constitucionalismo Crítico Latino-Americano (RedCCAL) e pela Red de Mujeres Constitucionalistas Latino-Americanas?

Esta indagação se deve a uma questão epistemológica discutida por intelectuais que constituíram o grupo Modernidade/Colonialidade (Castro-Gomez, Grosfoguel, 2007; Mignolo, 2007, 2008; Walsh, 2007, 2009), que pretendemos discutir nesta parte do texto, e que está relacionada à diferença entre os termos *descolonial* e *decolonial*, que nos parece, tem sido pouco problematizada nos textos dos constitucionalistas latino-americanos.

Qual seria a principal diferença entre decolonial e descolonial? Desde as leituras que realizamos, a principal diferença consiste no fato de que decolonial se contraporia à colonialidade, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao colonialismo. Isto porque, o termo descolonização é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2007, 2009). O que estes autores do grupo Modernidade/Colonialidade afirmam é que o processo histórico de descolonização não foi capaz de superar a colonialidade.

Neste sentido, Quijano (1992) ressalta que o colonialismo diz respeito a uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Ainda afirma que o colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado (p. 437).

Por outro lado, a colonialidade se refere ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da

dominação colonial. Há, como afirma Quijano (1992), a continuidade da estrutura de poder colonial e, portanto, da dominação colonial, por meio do que denomina colonialidade sendo, então, posta a necessidade de um movimento teórico-político de contraposição: o decolonial (Santos, 2018).

Conforme Quijano (1992), a colonialidade, como permanência da estrutura de poder colonial, tem como principais alicerces a racialização e as intrínsecas formas racializadas das relações de produção; o eurocentrismo, como forma de produção e controle das subjetividades e das existências; a hegemonia do Estado-nação que, como processo intrínseco, após o colonialismo, é construído como periferia. Assim, por estes alicerces, o empreendimento colonial permanece vivo, concretizando-se como colonialidade do poder, do saber e do ser. Então, a proposta decolonial diferencia-se da descolonial:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial”. . . es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas. (Walsh, 2009, pp. 14-15).

Portanto, o descolonial em seu significado de desfazer o colonial encontraria maior sentido como contraposição ao colonialismo e não à colonialidade. Para Grosfoguel (2005), a noção de colonialidade decorre do fato de que os processos de descolonização não resultam em mundos descolonizados.

Para o autor, não foi completa a primeira descolonização iniciada no século XIX pelas colônias espanholas e no século seguinte pelas colônias inglesas e francesas. Este primeiro movimento implicou na independência apenas jurídico-política formal de Estados-nação construídos como periferia.

Diante destas reflexões teóricas, faz-se necessário realizar algumas considerações acerca da produção acadêmica que vem sendo elaborada pela Red de Constitucionalismo Crítico (RedCCAL) e pela Rede de Mulheres Constitucionalistas Latino-Americanas. Não se trata de desmerecer uma elaboração crítica tão importante e abrangente acerca do constitucionalismo elaborada por mulheres e homens do Sul Global, mas de tentar contribuir para a radicalização do pensamento constitucional na América Latina desde uma *perspectiva jurídica afrodiaspórica*, que problematize o racismo anti-negro.

Neste sentido, Emerique e Estupiñán-Achury (2022) assumem que a produção teórica adotada por ambas as redes de constitucionalistas do Sul Global tem por horizonte a *descolonização*. Este fato fica nítido no prólogo do livro *Constitucionalismo em Clave Decolonial*. Senão vejamos:

Revista Publicum

Rio de Janeiro, Volume 10 Número 1, 2024, p. 261-285

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>

DOI: 10.12957/publicum.2024.83218

Un derecho pensado desde la *descolonización*, al traer a la discusión acerca de la constitución, el cuestionamiento en representación de aquellos/as sujetos/as silenciados/as, saberes y espacios de poder desiguales, cuestionamiento que busca construir canales por los que puedan fluir dimensiones emergentes y transformadoras, producidas colectivamente, bajo la visión y la consciencia de que somos parte de un todo; la naturaliza

Lo anterior, con una perspectiva de ciudadanía ampliada, que trascienda a las institucionalidades estatales que conforman la soberanía espacial y territorial (aún en los territorios virtuales), así como las formalidades normativas estatales impuestas por el marco westfaliano, para enfatizar en la soberanía de la comunidad y del sujeto/a. Una soberanía compartida y edificada pluralmente, con la participación popular, en democracia y en la escucha y el reconocimiento de la voz de los múltiples colectivos, en suma, en una interculturalidad global (Estupiñán-Achury, Emerique, 2022, p. 07-8) (grifamos).

Além disso, propõem a reflexão acadêmica através da elaboração de um constitucionalismo crítico, de base democrática, popular e que leve em consideração as múltiplas vozes silenciadas ao longo da história constitucional latino-americana. Assim, consideram que:

El estudio, desde una perspectiva de *descolonización del constitucionalismo*, exige de la academia una aproximación cada vez mayor a los colectivos, los movimientos sociales, los pueblos originarios y tradicionales de Abya Yala para mutuamente compartir saberes y formar las epistemologías desde el sur global) (Estupiñán-Achury, Emerique, 2022, p. 09) (grifamos).

Contudo, acreditamos que ocorre certa confusão teórica no que se refere aos termos colonialismo e colonialidade. Com vimos anteriormente, a descolonização está mais ligada ao conceito de colonialismo, enquanto a decolonialidade está mais ligada à colonialidade.

Neste sentido, lembramos a lição de Pires (2019) para quem é necessário problematizar o colonialismo jurídico que impõe à população negra a posição ontológica da zona do não-ser no processo de definição dos sujeitos de direitos humanos. Além disso, para a autora:

O sistema jurídico reproduzido no Brasil não só estava intimamente ligado ao empreendimento colonial e às categorias de pensamento que decorriam dele, como desempenhou um papel central na sua consolidação. A história dos institutos jurídicos que afirmavam a liberdade se desenvolveu simultaneamente ao regime de escravidão, ao genocídio e à exploração dos povos colonizados. Nesse contexto, o sujeito de direito é a afirmação de uma pretendida uniformidade, forjada pela exclusão material, subjetiva e epistêmica dos povos subalternizados. A régua de proteção que determina o padrão a partir da qual bens como a liberdade passam a ser pensados deriva da afirmação da supremacia branca, masculina, cisheteronormativa, classista, cristã e inacessível a todos os corpos, bem como do resultado dos processos de assimilação e aculturação violentos empreendidos pelo colonialismo (Pires, 2019, p. 71).

Pires (2019) acertadamente propõe em termos teóricos e metodológicos uma crítica ao colonialismo jurídico seja realizada a partir das categorias elaboradas por amefricanas e amefricanos. No caso da constitucionalista brasileira, defende que a: “amefricanidade valoriza e resgata saberes produzidos por mulheres negras e indígenas e os qualifica para informar outras práticas, outra gramática de direitos” (Pires, 2019, p. 73).

Mas, por outro lado, consideramos que permanece um esquecimento relativo às necessárias problematizações acerca do que poderíamos denominar de *colonialidade jurídica*. Para nós, seguindo a lição de Quijano (1992), a colonialidade jurídica consiste na permanência silêncio acerca dos racialização sujeitos de direitos, a interdição relativa à fruição dos direitos previstos nos textos constitucionais contemporâneos e a atualização da violência estatal sobre corpos negros que vivem nos Estados-nação que constituem a América Latina.

Dessa forma, a *colonialidade jurídica* teria como consequência o questionamento relativo à legitimidade política dos movimentos negros que, não obstante, venham elaborando uma agenda política bastante consistente ainda apresentam dificuldades para estabelecer um diálogo no sentido de estabelecer políticas de Estado para enfrentamento ao racismo institucional e estrutural na região.

Essa afirmação quanto aos efeitos da *colonialidade jurídica* pode ser exemplificada com a proposição da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 973 no ano de 2022, por parte de partidos ligados ao campo ideológico progressista políticos de esquerda, após serem instados por diferentes segmentos do movimento negro brasileiro, a Coalizão Negra por Direitos que propõe o enfrentamento do racismo como forma de sanar as violações de direitos humanos fundamentais da população negra brasileira. A ação afirma a existência de racismo institucional e estrutural no Brasil e tem como um de seus pedidos no mérito a implementação de um Plano de Combate ao Racismo Institucional.

É interessante notar que, apesar de não ser a primeira vez que partido política requer a declaração de Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), esta é a primeira vez que a questão do racismo no Brasil é enfrentada diretamente pelo Supremo Tribunal Federal através das denominadas ações estruturais¹. Podemos perceber, através da leitura da petição inicial que contém 63 (sessenta e três) páginas, que os pedidos de liminar já contêm medidas enérgicas a serem impostas ao poder público. Por outro lado, foi percebido na leitura da petição que não há menção ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei

¹ Na ADPF 347, na qual é requerida o reconhecimento de ECI no que se refere ao sistema penitenciário brasileiro, a petição inicial não aborda a questão racial diretamente relacionada com os problemas estruturais do sistema carcerário no país.

n.º 12.288/2010). Esta ausência foi arguida pela AGU² ao indicar políticas públicas de governos anteriores voltados à população negra. O AGU manifestou-se, preliminarmente, pelo não conhecimento da ação e, no mérito pela improcedência do pedido.

A manifestação da PGR é guiada no mesmo sentido da AGU. Alegam que já existem políticas públicas e leis voltadas para a população negra. E, que os requerentes desejam que o Poder Judiciário se sobreponha ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário e que o STF deve praticar a autocontenção para não ferir a separação de poderes³.

Ressaltamos que as/os advogados não foram tão incisivos no que se referem ao corte orçamentário e o dismantelamento relativo às políticas públicas voltadas à população negra instituídas no período posterior à realização da Conferência de Durban, no ano de 2001; o aumento de homicídios junto à população negra, principalmente no que se refere aos homens jovens (Cerqueira *et alli*, 2021); o hiperencarceramento da população negra (Freitas, 2019); as violações sistemáticas de direitos humanos das mulheres negras (Werneck Iraci, 2015).

Além disso, o *solipsismo branco* (Flauzina, Pires, 2020) impede que o sistema de justiça tenha uma posição mais explícita de enfrentamento ao racismo estrutural que atinge a maioria da população brasileira que é negra e pobre, com famílias chefiadas, muitas vezes, por mulheres (IPEA, 2011). Não se enfrenta o racismo com argumentos de autocontenção, de natureza orçamentária, tal como apresenta o PGR.

Mas, o fato é que durante o governo negacionista anterior, exercido no período de 2019 a 2022, não houve nenhuma medida de enfrentamento ao racismo. O que ocorreu foi um esvaziamento institucional das instâncias governamentais aliadas a um negacionismo relativo aos problemas estruturais que atingem o Brasil. O que existiu, na realidade, foi o aprofundamento do racismo e sexismo na cultura brasileira denunciada por Gonzalez nos anos de 1980 (Gonzalez, 1983).

Dessa forma, faz-se necessário problematizar o *solipsismo branco* (Flauzina, Pires, 2020) que afeta os operadores do sistema de justiça desde uma perspectiva democrática. E, ainda, realizar uma crítica fundamentada nos problemas sociais brasileiros que atingem mais da metade da população brasileira desproporcionalmente.

Sendo assim, consideramos a ADPF 973 como um bom exemplo das consequências da existência da *colonialidade jurídica* na América Latina, não obstante o

² A petição com as informações prestadas pela AGU está disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=6404537>. Acesso em: 01/10/2022.

³ Essa tem sido a principal objeção apresentada por juristas brasileiros no que se refere a aplicação do ECI no Brasil. Em uma análise da ADPF 347, neste sentido sugerimos a leitura de: Andrade, Teixeira (2016); Lemos, Cruz (2017); Guimarães (2017); Oliveira, Santos, Gonçalves (2018); Quinaia, Nunes Júnior (2018); Peixinho, Bastos Filho (2019). Para uma leitura acerca da justificativa democrática e habermasiana acerca do controle de constitucionalidade ver Oliveira (2016).

avanço do debate acerca das desigualdades étnico-raciais na região demandadas pelos diferentes segmentos dos movimentos organizados pela população negra americana.

Por outro lado, Rossi e Tabuchi (2022) no artigo *Constitucionalismo y Colonialidad*, que compõe a coletânea *Constitucionalismo em Clave Descolonial* (Estupiñán-Achury, Emerique, 2022), parecem aprofundar o problema teórico apresentado no prólogo do livro no que se refere às diferenças existentes entre os conceitos de colonialidade e colonialismo. Ambas as autoras realizam uma crítica radical à relação existente entre colonialidade e constitucionalismo com fundamento em Bonilla (2015) que realiza, conforme nos parece, uma crítica ao que seria o colonialismo jurídico desde três oposições, a saber: a primeira oposição existente entre mimese e autopoiese; a segunda entre conhecimento local e conhecimento universal; a terceira constituída pela oposição entre cultura e direito.

No mesmo sentido, Emerique (2022) no artigo *Descolonizar el Sistema Constitucional y Jurídico de los Privilegios de la Blanca*, parece ir no mesmo sentido, na medida em que realiza sua crítica à branquitude constitutiva do sistema constitucional da América Latina, estabelecendo uma relação entre descolonização e colonialidade. Neste sentido, afirma a autora:

La relectura del derecho es indispensable para procurar subvertir y resistir las matrices históricas que tanto cooperaron para conservación de la *colonialidad del ser, saber y poder* (Quijano, 2005), en los sistemas constitucionales y jurídicos para vislumbrar perspectivas emancipatorias, capaces de contribuir a la refundación del Estado (de Sousa Santos, 2010) (Emerique, 2022, p. 37) (grifamos).

E, em seguida, ao definir seu marco teórico ressalta:

Los caminos de la *descolonización* del derecho pasan por muchos frentes. En este estudio será tratada la cuestión de raza y blanca dentro del escenario jurídico-constitucional teniendo como base el pensamiento sobre blanca (Bento, 2002b; Cardoso, 2010; Pires, 2019; Schucman, 2019; Sovik, 2004) e, indirectamente, y sin compromiso de profundización, también serán hechas breves consideraciones sobre la mirada interseccional del género (Crenshaw, 2014; de Almeida, 2021), como referentes de análisis y problematización. (Emerique, 2022, p. 38) (grifamos).

Mas, é importante ressaltar que, não obstante essa questão teórica, a autora apresenta importante contribuição ao ressaltar a categoria *Hermenêutica Jurídica da Branquitude* (HJB) elaborada por Moreira (2017) para desenvolver o argumento no sentido de que se faz necessário que o *povo* seja compreendido como múltiplo e, não homogêneo. Neste sentido, afirma Emerique (2022) que:

Según las enseñanzas de Moreira (2017), las afectaciones de la blanca en el sistema jurídico-constitucional toman forma en lo que él llama *Hermenêutica Jurídica de la Blanca* (HJB), ésta consiste en toda hermenêutica jurídica capaz de bloquear los avances contra el racismo, la discriminación racial y la descolonización

del ser en relación con su raza, o sea, la HJB es el mecanismo por el cual, en la oportunidad de interpretación, cuando la materia tiene que ver con cuestiones raciales, la interpretación, en la mayoría de las veces, perturbará el avance del combate al racismo (Emerique, 2022, p. 46).

Assim, se faz necessária a elaboração de uma *Hermenêutica Jurídica do Subalterno* (HJS), como proposta de Moreira (2017) para um novo paradigma jurídico que problematize o individualismo, na medida em que a sociedade é baseada em estratificação racial na qual “los estereotipos raciales describen supuestas características de todos los miembros de un determinado grupo, como también dictan los lugares que las personas deben ocupar en una sociedade” (Emerique, 2022, p. 48).

Neste sentido, a autora afirma que: “las personas blancas son parte y un elemento esencial en el problema de las relaciones raciales en el sistema jurídico-constitucional” (Emerique, 2022, p. 52). Dessa forma, consideramos que (Emerique, 2022) dá um importante passo para o *letramento racial* (Schucman, 2002) e discussão do *pacto narcísico da branquitude* (Bento, 2002; Schucman, 2002) no âmbito do sistema de justiça e no processo de interpretação constitucional.

No que se refere à questão teórica suscitada neste tópico, Wolkmer (2022) parece apresentar uma análise coerente com a proposta geral do livro. No artigo *Notas para Pensar la Descolonización del Constitucionalismo en Latinoamérica*, o jurista retoma algumas considerações acerca do colonialismo elaboradas por autoras e autores do grupo Modernidade/Colonialidade, tais como, Dussel (1993), Quijano (2007) e Maldonado-Torres (2007). E, afirma:

En síntesis, es en ese horizonte donde se habrán de redefinir los instrumentos de lucha contra el regreso del colonialismo interno, reinventando las formas de resistencias, buscando alternativas fundacionales sobre la manera de enfrentar los límites. (Wolkmer, 2022, p. 105).

Wolkmer (2022) considera que se faz necessário construir marcos constitucionais, que sem negar as conquistas emancipatórias do Iluminismo, possam ir além, materializando o reconhecimento de saberes e práticas da globalidade local, dos processos culturais subjacentes; de uma simbiose intercultural que seja a confluência das tradições dos povos originários, dos afrodescendentes e de outras identidades multiétnicas que compõem as sociedades da América Latina (Gonzalez, 1988).

Neste sentido, apresentamos no próximo tópico deste artigo nossa proposta de produção de conhecimento desde uma perspectiva jurídica afrodiaspórica acerca do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, no que se refere ao racismo anti-negro.

2. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, o racismo e constitucionalismo ladinoamefricano: por uma perspectiva jurídica afrodiáspórica

A partir da proposta de um *constitucionalismo ladinoamefricano* desenvolvido desde uma *perspectiva jurídica afrodiáspórica*, pensado a partir de juristas negras brasileiras, seria possível articular o *vivir sabroso*, conceito desenvolvido pelas populações negras colombianas, notadamente, da região do Pacífico ao *buen vivir*, das populações das regiões andinas para problematizar as questões étnico-raciais que constituem as sociedades que compõem a América Ladina?

Essa indagação surge a partir do nosso posicionamento crítico diante de uma espécie de silêncio acerca do racismo anti-negro nas análises dos constitucionalistas ligados ao movimento do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, apesar de algumas abordagens acerca de comunidades negras como as realizadas por Baldi (2014) e da necessidade de serem incluídas as demandas por direitos da população afrodescendente da região para que se possa descolonizar o Direito (Hinestroza, 2023).

A análise realizada por Baldi (2014) no que se refere às comunidades negras ao resgatar as reflexões de W. E. B. du Bois, suscita algumas inquietações importantes quanto à epistemologia em se tratando de populações quilombolas. Afirma o autor:

Partindo do questionamento de Reiland Rabaka, quais os campos em que a antropologia e o direito poderiam trabalhar de forma a renovar os estudos sobre a questão quilombola? O que tem sido excluído das análises, em especial no campo do direito comparado e dos estudos envolvendo o denominado “novo constitucionalismo” e, pois, tem perpetuado o “apartheid epistêmico”? Alguns pontos merecem atenção especial. A literatura especializada tem salientado que, em certas situações, os afrodescendentes se encontram em desvantagem em relação aos indígenas para reivindicar direitos coletivos – incluídos os “territoriais” e “culturais” – tendo em vista que “o modo diferente pelo qual os dois grupos foram historicamente racializados afeta as respectivas capacidades para afirmar uma identidade cultural de grupo distinta”, que, muitas vezes, passa pela afirmação de língua, usos, costumes e cultura distinta. Um aspecto relativo à diferente forma de racialização, contudo, não tem sido destacado, no geral: ele diz respeito à questão da jusdiversidade e da justiça cognitiva dela decorrentes (Baldi, 2014, p. 32).

Consideramos que a indagação do autor e os esclarecimentos quanto aos processos de racialização de indígenas e negros na América Ladina⁴, merecem alguns aprofundamentos teóricos relativos ao *apartheid epistêmico* em se tratando de populações negras presentes nos territórios, urbanos e rurais, que sofrem diferentes formas de expropriação tendo por fundamento as diferentes expressões do racismo (Gonzalez, 1983, 1988; Almeida, 2019).

⁴ A abordagem de Baldi (2014) acerca dos processos de racialização de indígenas e negros na América Latina é realizada a partir do instigante artigo de Juliet Hooker (2006).

Não podemos esquecer que a invasão das Américas realizadas pelas elites europeias foi o marco fundamental para a constituição da Modernidade fundada no cogito cartesiano que estabeleceu a hierarquização entre grupos humanos em razão da cor da pele neste período histórico (Grosfoguel, 2016).

Neste sentido, as diferenças de utilização de mão-de-obra de escravizados na América Espanhola e na América Portuguesa foi um fator crucial para a atual formação étnico-racial dos países que constituem a América Latina e que impactam as diferentes formas de expressão do racismo no continente.

Isto porque a gestão de mão-de-obra dos escravizados e seus descendentes gerou um legado de instrumentos jurídicos nas colônias que resultou na estigmatização destes segmentos populacionais que eram maioria no territorial colonial. Esta estigmatização causou uma ambiguidade no que se refere ao estatuto jurídico dos escravizados. No Brasil, eram considerados *res* para fins civis⁵ e imputáveis para fins penais⁶ (Sá, 2010; Wehling, 2006). Ou seja, o fato de terem sido relegados juridicamente e de fato à zona do não-ser (Fanon, 2010; Pires, 2019), era condição *sine qua non* para que fosse atestada a sua periculosidade para o *status quo* estabelecido pelas elites locais leais à Coroa portuguesa.

Este exemplo demonstra que as ambiguidades estabelecidas pelo *racismo por denegação* que se expressa em toda a América Latina (Gonzalez, 1983, 1988a) resultou em uma forma de lidar com esta forma de expressar o racismo através do silêncio. Este silêncio, em termos de produção de conhecimento, tem sido problematizado através de conceitos como *racismo epistêmico* (Grosfoguel, 2016), *apartheid epistêmico* (Baldi, 2014) e *epistemicídio* (Sousa Santos, 1995).

Diante deste contexto, faz-se necessário estarmos atentas e atentos, aos diferentes resultados deste silêncio, no que se refere à produção de conhecimento. A ausência de produção de conhecimento acerca da população negra da América Latina no que se refere ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano nos levou a elaborar uma reflexão acerca deste silêncio, partindo do conceito de *lugar de negro* elaborado por Lélia Gonzalez (1982).

O termo *lugar de negro* que utilizamos nesta pesquisa e nos inspira para o desenvolvimento de nosso argumento é o título do livro que contém um artigo escrito

⁵ “Ao longo do século XIX, as ações cíveis de liberdadesão utilizadas como instrumento de defesa em prol da aquisição e manutenção da liberdade. Considerados não cidadãos pela Constituição de 1824 e coisificados pela legislação civil, negros e negras escravizados , representados por rúbulas ou advogados, passam a recorrer à tutela judicial para garantia do direito à liberdade (Sá, 2010, p. 77).

⁶ “Quanto ao crime, vigàravam e aplicavam-se ao escravo o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal e sua reforma, a legislação ordinária e demais fontes de direito, como na lei civil” (WEHLING, 2006, p. 335). No que se refere ao Código Criminal de 1830, no caso de insurreição de escravizados, era possível a plicação da pena capital. Neste sentido, Avzaradel e Andrade (2022, p. 34) afirmam que: “Previa, ademais, o Código Criminal do Império a cruel pena de morte por força (Brasil, 1830, art. 38), em casos de latrocínio (art. 271) e insurreições de escravos (arts. 113 a 115)”.

pela intelectual, professora e militante negra, Lélia Gonzalez, e outro escrito pelo sociólogo argentino, Carlos Hasenbalg (1982).

Na primeira parte do artigo intitulado *O movimento negro na última década*, que compõe o livro, Lélia (1982) aborda a posição da população negra na sociedade brasileira e afirma que esta reflete a reinterpretação da teoria do *lugar natural* elaborada por Aristóteles como resultante da colonização e da atualização através da discriminação racial no país.

O *lugar natural* para a população amefricana brasileira, segundo a autora, parece ser o espaço reservado aos *dominados* e que são devidamente separados dos espaços habitados pelos *dominadores*, desde a casa grande até os dias atuais. Neste sentido, a autora afirma que:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento [...] Já o lugar do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez, 1982, p. 15).

Sendo assim, consideramos que apesar de Lélia (1982) problematizar o *lugar de negro* na sociedade brasileira desde o período colonial à contemporaneidade, a análise pode ser ampliada para outras populações negras da América Latina, seja de colonização portuguesa, espanhola, francesa ou anglo-saxã. O que as populações amefricanas comungam na atualidade, além do passado comum de antepassados arrastados desde África para este lado do Atlântico, também compartilham o lugar de subordinação social imposto pelas diferentes expressões do racismo, conforme comprovam estudos elaborados pela CEPAL (2017, 2018, 2021).

Os estudos da CEPAL (2017, 2018, 2021) têm demonstrado os desafios vividos pelas populações negras da América Latina que apresentam os piores índices de qualidade de vida devido ao fato de que não conseguem exercer plenamente os direitos humanos fundamentais previstos nos textos constitucionais elaborados, sobretudo, no contexto de redemocratização da região a partir das lutas empreendidas pelo processo de reorganização dos movimentos sociais desde o final dos anos de 1970.

Apesar de os países da América Latina instituírem políticas públicas para a população negra da América Latina, notadamente, após a Conferência de Durban realizada no ano de 2001, o fato é que as estruturas sociais permanecem intocadas pelo racismo institucional e estrutural que constituem os Estados-nação da região (Almeida, 2019).

Estes fatos vêm sendo enfrentados por diferentes segmentos organizados da população negra na América Latina, conforme vimos no primeiro capítulo. Não obstante,

o racismo e suas diferentes, expressões pautadas no conceito de raça vem impedindo mudanças estruturais (Almeida, 2019), levando à reprodução do *status quo* no qual o *lugar de negro* permanece o de subalterno em se tratando de uma análise das estruturas sociais (Gonzalez, 1982). Ou, ainda, no que se refere a uma análise ontológica, permanece sendo a zona do não-ser (Fanon, 2008, Pires, 2019).

Contudo, não pretendemos com nosso estudo exaurir o tema, mas problematizar este silêncio. Para tanto buscamos apresentar uma *perspectiva jurídica afrodiaspórica* para desenvolver a proposta da constitucionalista Thula Pires de um *constitucionalismo ladinoamefricano* (2018c), pois consideramos que é preciso ir além da descolonização do constitucionalismo.

Pois, se por um lado, concordamos com a proposta de Hinestroza (2023) no sentido de que se faz necessário incluir o que ela denomina de agenda afrodescendente nos debates do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, por outro lado, desde a perspectiva teórica que adotamos que é a decolonialidade e o pensamento negro, faz-se necessário uma crítica radical que problematize a colonialidade e que impeça o retorno do que Wolkmer (2022) denomina de *colonialismos internos*.

Neste sentido, buscamos estabelecer um diálogo com Ramos (2019) que propõe uma *epistemologia jurídica afro-diaspórica* e para quem é necessário dar *bori*⁷ no movimento crítico denominado de *Direito Achado na Rua*⁸. A autora propõe uma abordagem do referido movimento de crítica ao Direito desde a cosmologia afro-brasileira e da filosofia africana para repensar momentos constitucionais importantes das Américas ainda pouco estudados como o constitucionalismo haitiano⁹ e o movimento constitucionalista colombiano.

Mas, ao mesmo tempo, demarcamos nossa própria posição teórico-conceitual. Preferimos *perspectiva* ao invés de *epistemologia*, visto que, como dissemos, não

⁷ Bori ou obori é um ritual das religiões tradicionais africanas e diáspora africana e consiste em uma das oferendas mais importantes que visa o bem estar individual. O Ritual de Bori é muito sério, complexo e profundo. Ori significa, literalmente, cabeça e é, misticamente, o primeiro Orixá a ser cultuado. Seu objetivo é o de alimentar o Ori Eledá, seja qual for o sexo, raça, profissão, idade, nível social da pessoa.

⁸ O Direito Achado na Rua é uma concepção teórica, desenvolvida a partir das ideias do jurista brasileiro Roberto Lyra Filho, que tem por objetivo pensar o Direito derivado da ação dos movimentos sociais por meio de uma perspectiva que o entende como uma “legítima organização social da liberdade”. O Direito Achado na Rua é um projeto que surgiu em 1986, após a morte de Lyra Filho, coordenado pelos professores José Geraldo Sousa Junior e Alexandre Bernardino Costa, e implementado no ano posterior, pelo Núcleo de Estudo para a Paz e Direitos Humanos (NEP) e pelo Centro de educação à distância (CEAD), da UnB. No mesmo ano, foi lançado o livro *Introdução Crítica ao Direito*, que viria a se tornar o primeiro volume de uma série de – até agora – oito livros denominada *O Direito Achado na Rua*.

⁹ A Revolução Haitiana e o movimento constitucionalista dele decorrente tem sido profundamente estudado no Brasil por Marcos Lustosa Queiroz. Neste sentido, ver sua dissertação de mestrado (Queiroz, 2017) e sua tese de doutorado (Queiroz, 2022), na qual analisa o discurso da democracia racial brasileira como contra discurso aos efeitos jurídicos, políticos e culturais da Revolução Haitiana nas Américas.

pretendemos esgotar o tema abordado neste trabalho, mas problematizar um silêncio ao qual já nos referimos anteriormente.

E, ainda, preferimos *perspectiva* ao invés de *epistemologia* no sentido de estabelecer um diálogo com o perspectivismo ameríndio, seguindo antes, a trilha de Lélia Gonzalez (1988a), no sentido de que as populações amefricanas não são apenas as descendentes de escravizados africanos e seus descendentes, mas também, as populações originárias das Américas e John Sánchez (2021), que defende que as populações de africanos escravizados e seus descendentes também podem ser consideradas originárias. Ou seja, nos aproximamos mais de intelectuais negras e negros do que de Viveiros de Castro (2002, 2009), que desenvolveu o conceito de *perspectivismo ameríndio*, dando ênfase à experiência política e cultural dos povos originários brasileiros.

Neste sentido, afirmamos seguir a posição adotada por Gonzalez (1988a) e Sánchez (2021), tendo em vista que estabelecem uma relação entre as populações descendentes de escravizados oriundos do tráfico transatlântico de África às Américas à sorte dos povos originários, pois ambos tiveram suas formas de organização política, jurídica, econômica e cultural, completamente alteradas pela violência infligida pela penetração colonial (Mamma, 1997).

No livro *Pueblos afrodescendientes de las Américas: realidades y desafíos*, Sanchez et al. (2019) elaboram uma abordagem abrangente e profunda dos direitos dos *afrodescendientes* na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU). Ressaltam a visão eurocêntrica e negativa acerca do caráter civilizatório da afrodescendência e destacam a partir de dados sociais, econômicos e demográficos (afirmam que mais ou menos, 19% a 21% da população da América Latina é composta por afrodescendentes), os efeitos do racismo e da discriminação racial no que se refere aos processos de subalternização da população negra na América Latina e, neste sentido, ressaltam o papel desempenhado pelos movimentos sociais negros na região e os aspectos gerais de sua agenda política. Quanto ao termo, afrodescendentes, os autores ressaltam que:

Cabe señalar que, cuando se habla de afrodescendientes en el contexto de la región, se alude a todos los pueblos y las personas descendientes de la diáspora africana en el mundo. En América Latina el concepto ya fue explicado por Roger Bastide cuando, en su célebre obra *Las Américas negras* (1967), hizo referencia a las distintas culturas «negras» o «afroamericanas» que emergieron de los descendientes de africanos, las cuales sobrevivieron a la trata o al comercio esclavista que tuvo lugar en el Atlántico desde el siglo XVI hasta el siglo XIX. A partir de una dimensión política, el concepto de «afrodescendiente» fue acuñado con fuerza en el año 2000, cuando las organizaciones se movilizaron en torno a la preparación de la Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia, celebrada por las Naciones Unidas en 2001 en la ciudad de Durban (Sudáfrica) (Sánchez et al. 2019, p. 37)¹⁰.

¹⁰ Em termos de Direito Internacional, o termo afrodescendente tem possibilitado às populações negras da região: “Las personas y las comunidades afrodescendientes en América Latina se han autodeterminado como un pueblo compuesto por comunidades que comparten características
Revista Publicum
Rio de Janeiro, Volume 10 Número 1, 2024, p. 261-285
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>
DOI: 10.12957/publicum.2024.83218

Ressaltemos, ainda, a abordagem acerca da condição jurídica dos afrodescendentes na Década Internacional dos Afrodescendentes instituída pela ONU, no período de 2015 a 2024. Sanchez et. al. (2019) e Sanchez (2021). Neste sentido, Sánchez (2021) retoma algumas consideração de Sánchez et. al (2019) e elabora algumas considerações teóricas acerca da possibilidade e os afrodescendentes serem reconhecidos como povo no Direito Internacional, tal como os indígenas. Assim, afirma que:

En este artículo hemos discutido si en efecto, a la luz del derecho internacional, los afrodescendientes se configuran como pueblo, es decir, sujetos de derechos colectivos. Al parecer, por las evidencias presentadas (jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos como de la OIT, además de los reconocimientos constitucionales y de las leyes dictadas con el mismo propósito) no queda duda que en efecto estas comunidades conforman un pueblo, al menos en América Latina y el Caribe. La cuestión pendiente a resolver es qué tipo de pueblos: ¿pueblo tribal o un pueblo indígena? O, ¿los afrodescendientes de la región son un pueblo originario, independientemente que en unos escenarios sean considerados tribales o indígenas? (Sánchez, 2021, p. 251).

Dessa forma, ao serem reconhecidos como povo no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a questão que se coloca é se seriam povos tribais ou originários. Neste sentido, adotamos a posição de que os afrodescendentes também são povos originários tendo em vista a ruptura marca pela violência colonial dos seus modos de ser e fazer elaborados desde África e rompidos pelo tráfico transatlântico realizado entre os séculos XV a XIX.

Retomando a questão acerca da produção de conhecimento de maneira geral, e elaboração no âmbito da produção acadêmica do Direito em particular, acerca das populações negras da América Latina que consideramos essencial e urgente, acreditamos que a epistemologia sempre se pretende universal, universalizante e, neste sentido, sempre corremos o risco de realizar uma análise totalizante relativa às nossas preocupações teóricas e empíricas nas diferentes áreas do conhecimento, notadamente, no Direito.

Diante disto, defendemos que a *perspectiva* nos possibilita a elaboração de análises situadas desde nosso lugar ocupado no mundo no qual desenvolvemos nossas pesquisas e pode possibilitar análises afrocentradas que problematizem temas e crenças já consolidadas no âmbito jurídico. Assim, a *perspectiva* nos possibilita, uma abordagem situada acerca do fenômeno jurídico.

étnicas y culturales comunes. Esta condición política les ha permitido conquistar reivindicaciones colectivas sustentadas jurídicamente en el marco del Convenio sobre pueblos indígenas y tribales (núm. 169), de la Organización Internacional del Trabajo (OIT); 4 la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial, de las Naciones Unidas; la Declaración y el Plan de Acción de la Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia, y otros instrumentos jurídicos internacionales vinculantes adoptados por los países de los que son ciudadanos” (Sánchez et. al, 2019, p. 38-9).

Revista Publicum

Rio de Janeiro, Volume 10 Número 1, 2024, p. 261-285

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>

DOI: 10.12957/publicum.2024.83218

Dessa forma, nossa proposta de uma *perspectiva jurídica afrodiaspórica* consiste em:

1. Explicitar as teorias desenvolvidas por intelectuais negras e negros da América Latina e refletir de que maneira essas contribuições podem nos ajudar a elaborar reflexões consistentes acerca das questões deontológicas, ontológicas e fenomenológicas do fenômeno jurídico¹¹;
2. Elaborar pesquisas jurídicas centradas nos conceitos elaborados por intelectuais negras e negros no contexto da diáspora africana nas Américas¹²;
3. Refletir acerca das inovações instituídas pelos diferentes segmentos dos movimentos negros americanos nas diferentes fases da sua história no contexto da diáspora africana nas Américas, para análise dos denominados momentos constituintes ou de mutação constitucional;
4. Repensar principalmente, mas não exclusivamente, a História do Direito, a Teoria do Estado e o Direito Constitucional, a partir de experiências de resistência elaboradas pelas populações negras americanas;
5. Estabelecer, desde uma perspectiva afrocentrada, a relação entre direito nacional, a constitucionalização do Direito e direitos humanos.

Ou seja, nossa proposta pretende ser uma crítica teórico-prática à colonialidade como forma de ressaltar saberes produzidos por mulheres negras e homens negros americanos para repensar o *lugar de negro* no pensamento constitucional contemporâneo, notadamente, no que se à produção acadêmica relativa ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

Não se trata de simples crítica pela crítica, mas da necessidade de uma reflexão aprofundada acerca dos efeitos da colonialidade na produção teórica do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Como afirma Emerique (2022), a branquitude tem uma forma específica de pensar o fenômeno jurídico e interpretá-lo e, dessa forma, podemos afirmar que as promessas democráticas e libertárias deste movimento que se volta para a análise dos seus fundamentos e propõe novas formas de analisar e interpretar o Direito, somente poderá ocorrer quando problematizar de forma séria e responsável o racismo institucional e estrutural que constitui nossas sociedades.

Neste sentido, desenvolveremos nossa proposta a partir da ação política empreendida pelos movimentos americanos de Brasil, Colômbia e Equador desde

¹¹ Aqui temos como base o pensamento de Bobbio (2019) que no capítulo 02 do livro *Teoria da Norma Jurídica* problematiza as questões relativas à justiça que se refere aos problemas deontológicos do Direito colocados pelo jusnaturalismo e dá origem às Teorias da Justiça; a questão da validade que se refere aos problemas ontológicos colocados pelo positivismo e que se refere à Teoria Geral do Direito e as questões fenomenológicas colocadas pelo realismo jurídico e relacionadas ao problema da eficácia que dá origem à Sociologia Jurídica ou sociologia do Direito.

¹² Ressaltamos que nossa proposta busca ressaltar também pesquisas jurídicas que têm como tema central a relação existente entre Direito e relações raciais na América Latina como um campo de pesquisa jurídica ainda em elaboração, tal como ressaltado por Brito (2022).

meados da década de 1970, quando estes movimentos se reorganizam sobre novas bases discursivas que incluem a necessidade de afirmação de uma identidade étnico-racial pautada na ancestralidade, na territorialidade e na valorização das formas de organização alternativas ao Estado e à sociedade nacional, elaboradas ao longo da história do processo de lutas por liberdade e igualdade e fundadas na fraternidade entre os diferentes povos e culturas que constituem os Estados nacionais na América Latina.

Considerações finais

Um dos aspectos que nos parecem semelhantes é o baixo índice de qualidade de vida das populações negras da América Latina, conforme estudos desenvolvidos pela CEPAL (2017, 2018, 2021) que utilizamos como fonte secundária de nossa pesquisa. Diante deste fato, desenvolvemos nossas reflexões acerca da nossa proposta de produção de conhecimento sobre o silenciamento referente ao racismo anti-negro no Novo-Constitucionalismo Latino-Americano a partir das categorias *lugar de negro* (Gonzalez, 1982) e *perspectiva jurídica afrodiáspórica*, por nós elaborado.

Neste sentido, nossa abordagem partiu da tipologia elaborada pela constitucionalista peruana de origem indígena, Raquel Yrigoyen Fajardo (2020), para desenvolver nosso argumento. Deslocamos nosso olhar da Europa para a América Latina (Gonzalez, 1988) para analisar através de autores e autoras do Sul Global, para propor produção de conhecimento jurídico sobre o *lugar do negro* no Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

A investigação teórica aqui desenvolvida apresenta como resultado e contribuição, a necessidade de serem desenvolvidas mais pesquisas no âmbito jurídico acerca de como o pensamento desenvolvido por intelectuais negras e negros podem contribuir para a compreensão do Direito Constitucional, a Teoria do Estado, a História do Direito e a Teoria do Direito, notadamente, no contexto de constitucionalização do Direito no Brasil e no mundo, para enfrentar o racismo institucional e estrutural (Almeida, 2019), que restringe a fruição dos direitos humanos fundamentais da população negra.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Editora Jandaíra. São Paulo. 2019.

ANDRADE, Bruno Araújo de; TEIXEIRA, Maria Cristina. O Estado de Coisas Inconstitucional – uma análise da ADPF 347. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, v. 13, n. 13, 2016, pp. 86-121.

AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra; ANDRADE, Guilherme Preira. Dos Primeiros Passos aos Últimos Tropeços: breves reflexões sobre o direito no Brasil império e suas continuidades inquietantes. In: BELLO, Enzo; PIMENTEL, Fernanda Fernandes; AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra (org.). *Perspectivas Históricas sobre o Ensino Jurídico: estudo*

Revista Publicum

Rio de Janeiro, Volume 10 Número 1, 2024, p. 261-285

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>

DOI: 10.12957/publicum.2024.83218

sobre os 200 anos da independência do Brasil e os 110 anos da faculdade de direito da UFF. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022, p. 17-38.

AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra; PAROLA, Giulia. A Diversidade de Técnicas de Democracia Ambiental na América Latina. In: AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra; LEONEL JUNIOR, Gladstone; BELLO, Enzo. (orgs.) *Direito Constitucional Ambiental e Teoria Crítica na América Latina*. – Niterói : UFF ; Rio de Janeiro : MC&G, p. 13-22.

BALDI, César Augusto. Comunidades negras e novo constitucionalismo: pluralismo jurídico, territorialidade e *buen vivir*. In: BELLO, Enzo; VAL, Eduardo Manuel (Orgs.). *O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano*. Caxias do Sul, RS : Educus, 2014, pp. 26-50.

BALDI, César Augusto. Comunidades negras e novo constitucionalismo: pluralismo jurídico, territorialidade e *buen vivir*. In: BELLO, Enzo; VAL, Eduardo Manuel (Orgs.). *O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano*. Caxias do Sul, RS : Educus, 2014, pp. 26-50.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. São Paulo: Edipro, 2019.

BONILLA, Daniel Maldonado. *La Constitución Multicultural*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad de los andes – Facultad de Derecho: Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2006.

BRITO, Jadir Anunciação de. O Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio na Construção do Campo de Estudos do Direito e Antirracismo no Brasil. In: NUNES, Diego (org.). *A cor da História e a História da Cor*. Florianópolis: Habitus, 2022, p.118-143.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CEPAL. *Población indígena y afroecuatoriana en Ecuador: Diagnóstico sociodemográfico a partir del censo de 2001*. Santiago: Nações Unidas, CEPAL, 2005.

CEPAL. *Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos*. Santiago: Nações Unidas, CEPAL, UNFPA, Ford Foundation, 2017.

CEPAL. *Mulheres afrodescendentes na América Latina e no Caribe: dívidas de igualdade*. Santiago: Nações Unidas, CEPAL, 2018.

CEPAL. *Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: desafios para a inclusão*. Santiago: Nações Unidas, CEPAL, UNFPA, 2021.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

DALMAU, Rubén Martínez. Asembleas constituintes e novo constitucionalismo en América Latina. *Tempo exterior*, nº 17, 2008, pp. 05-16.

DALMAU, Rubén Martínez. ¿Han Funcionado las Constituciones del Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano? *Revista Culturas Jurídicas*, Vol. 5, Núm. 12, set./dez., 2018, p. 42-67.

EMERIQUE, Lilian Balmant. Descolonizar el Sistema Constitucional y Jurídico de los Privilegios de la Blancura. In: ESTUPIÑÁN-ACHURY, Liliana; EMERIQUE, Liliam Balmant (orgs.). *Constitucionalismo in Clave Descolonial*. Bogotá: Universidad Libre, 2022, p. 35-55.

ESTUPIÑÁN-ACHURY, Liliana; EMERIQUE, Liliam Balmant. Prólogo. In: ESTUPIÑÁN-ACHURY, Liliana; EMERIQUE, Liliam Balmant (orgs.). *Constitucionalismo in Clave Descolonial*. Bogotá: Universidad Libre, 2022, p. 07-15.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie / The Brazilian Federal Supreme Court and the normalization of barbarity. *Revista Direito E Práxis*, 11(2), 2020, 1211–1237.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FREITAS, Felipe Silva. A naturalização da violência racial: escravidão e hiperencarceramento no Brasil. *Perseu – Política, História e Memória*, Perseu Abramo, Nº 17, Ano 12, 2019, pp. 37-59.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Silva, Luiz Antonio. *Movimentos sociais urbanos minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988a, p. 69-82.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HINESTROZA, Lisneider Cuesta. Descolonizar el constitucionalismo en Abya Yala: la agenda pendiente, los derechos de los afrodescendientes. Reconociendo las diferencias entre semejantes. In: ESTUPIÑÁN-ACHURY, Liliana; EMERIQUE, Lilian Balmant; SILVA, Marcos Romero (orgs.). *Constitucionalismo de la resistencia y la integración desde y para Abya Yala*. Bogotá: Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento - Codhes, 2023, p. 69-88.

IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília: IPEA, 2011.

LEMONS, Amanda Nunes Lopes Espiñeira; CRUZ, Gabriel Dias Marques da. Análise do Estado de Coisas Inconstitucional na ADPF 347 e seu papel como instrumento na efetivação da política pública carcerária. *Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas*, v. 3, n. 2, 2017, pp. 18-40.

MAMMA, Amina. Heroines and villains: conceptualizing colonial and contemporary violence against women in Africa. In: *Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures*. Jacqui Alexander e Chandra Talpade Mohanty (Orgs.). New York: Routledge, 1997. p. 46-62.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la decolonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*, p.

127-167. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 25-46.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 2008, 34, pp. 287-324.

OLIVEIRA, João Rezende de Almeida; SANTOS, Júlio Edstron S.; GONÇALVES, Vinícius Araújo. A aplicação da teoria do Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil: um olhar sobre as possibilidades e dificuldades da utilização dessa teoria no ordenamento jurídico brasileiro. *Direitos Fundamentais e Justiça*, ano 12, n. 38, 2018, pp. 265-306.

OLIVEIRA, Marcelo Cattoni de. *Devido Processo Legislativo*. Uma justificativa democrática do controle jurisdicional. Rio de Janeiro: Fórum, 2016.

PAIXÃO, Juliana Patricio da. *Estado de coisas inconstitucional: da teoria à consolidação do sistema de pensamento no Brasil*. Niterói, 2020. Disponível em <http://ppgdc.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/34/2021/04/ESTADO-DE-COISAS-INCONSTITUCIONAL-DA-TEORIA-À-CONSOLIDAÇÃO-DO-SISTEMA-DE-PENSAMENTO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 25/10/2022

PEIXINHO, Franklim da Silva; BASTOS FILHO, Antônio Mario Dantas. Racismo estrutural como Estado de Coisas Inconstitucional e Constitucionalismo Achado na Rua. *Anais do Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*. UnB, Brasília: 2019, pp. 01-14.

PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rubén. Presentación. Aspectos generales del nuevo constitucionalismo latinoamericano. In: Corte Constitucional de Ecuador para el período de transición. *El nuevo constitucionalismo en América Latina*. 1 ed. Quito, Corte Constitucional del Ecuador, 2010a.

PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rubén Martínez. Los Procesos Constituyentes Latinoamericanos y el Nuevo Paradigma Constitucional. In: *IUS*. Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla A.C., núm. 25, 2010b, pp. 7-29.

PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rubén Martínez. El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano: fundamentos para una construcción doctrinal. *Revista General de Derecho Público Comparado*, 9, 2011, pp. 01-24.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica americana ao colonialismo jurídico. *LASA*, v. 50, n. 3, 2019, pp. 69-74.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. *O Haiti é aqui: ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX)*. 2022. 700 f., il. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

- QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In H. Bonillo (Org.), *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.
- RAMOS, Luciana de Souza. *O Direito Achado na Encruza: territórios de luta, (re) construção da justiça e reconhecimento de uma epistemologia jurídica afro-diaspórica*. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SÁ, Gabriela Barreto de. História do Direito no Brasil, Escravidão e Arquivos Judiciais: análise da ação de liberdade de “Anacleto” (1849). *Justiça & História*, Vol. 10 – n. 19 e 20, 2010, p. 77-96.
- SÁNCHEZ, Jhon Antón et. al. *Pueblos afrodescendientes de las Américas: realidades y desafíos*. Cali: Corporación Amigos de la Unesco, 2019.
- SÁNCHEZ, Jhon Antón. El Carácter de Pueblo en los Afrodescendientes de América Latina, desafíos para el Derecho Internacional. *Diálogo Andino*, no.65 Arica jun. 2021, p. 245-259.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York, London: Routledge, 1995.
- SANTOS, Vivian Matias dos. Notas Desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência, *Psicologia & Sociedade*, 30, 2018, pp. 01-11.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.
- YRIGOYEN, Raquel Fajardo. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. In: SOUSA, Adriano Corrêa de. et al. *Constitucionalismo latino-americano: teoria, direitos humanos fundamentais, instituições e decisões*. – Rio de Janeiro : Multifoco, 2020, pp. 96-122.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad
- WEHLING, Arno. O Escravo ante a Lei Civil e a Lei Penal no Império (1822-1871). In: WOLKMER, Antônio Carlos. *Fundamentos de História de Direito*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 331-352.
- WERNECK, Jurema; IRACI, Neuza. *A situação dos direitos humanos das mulheres negras: violências e violações*. Rio de Janeiro: Criola; São Paulo: Geledés, 2015.
- WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2001.
- WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas no direito. *Direito e Práxis*, v. 10, n. 4 2019, pp. 2711-2735.
- WOLKMER, Antônio Carlos. Notas para Pensar la Descolonización del Constitucionalismo en Latinoamérica. In: ESTUPIÑÁN-ACHURY, Liliana; EMERIQUE, Lilian Balmant (Orgs.).

Constitucionalismo en clave descolonial. Universidad Libre. Facultad de Derecho, 2022, pp. 88-112.

Submetido em 31.03.2024

Aprovado em 12.08.2024